



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1000548-32.2018.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Execução Fiscal - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução**  
 Embargante: **Sebastião João Garbuio**  
 Executado: **'MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **DANIEL FELIPE SCHERER BORBOREMA**

Sebastião João Garbuio opõe(m) embargos à execução fiscal nº 1500581-96.2017.8.26.0566, que lhe move 'MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS e que tem por objeto a cobrança de IPTU de 2014 Sustenta(m) a(s) parte(s) embargante(s) que por engano efetuou o pagamento do imposto usando o código de barras da doação dirigida a entidade beneficente, ato este anulável, devendo se reputar pago o imposto.

Embargos recebidos com efeito suspensivo.

Impugnação ofertada, alegando-se a legalidade da cobrança.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 17, parágrafo único da Lei nº 6.830/80 c/c art. 355, I do CPC, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas.

Os embargos são admissíveis, porque o valor depositado pelo executado garante quase que integralmente a execução, não sendo razoável cercear-lhe o direito de defesa com base em pequena diferença.

Incontroverso que o imposto em execução não foi pago. Em seu lugar, o executado efetuou doação pelo 'ticket solidário' à Rede Feminina do Combate ao Câncer de São Carlos.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Sustenta o embargante que no presente caso essa doação correspondeu a erro e por isso deve ser anulada nos termos dos arts. 138 a 144 do Código Civil.

Entretanto, essa pretensão de invalidação da doação não pode ser aqui deduzida porque o destinatário da doação é a Rede Feminina de Combate ao Câncer, entidade privada, pessoa jurídica distinta da municipalidade, e que não integra esta relação processual. Se a doação fosse anulada o valor teria que ser devolvido pela Rede Feminina de Combate ao Câncer. Fazê-lo sem que ela seja citada, em ação própria, é violar o devido processo legal, em especial o contraditório e a ampla defesa. Só por essa razão já não caberia o enfrentamento dessa alegação do embargante.

Mas não é só. Ainda que fosse anulada a doação à Rede Feminina de Combate ao Câncer, isso não resultaria em se reconhecer o pagamento do IPTU. Uma coisa não se confunde com a outra. Anulada a doação, a Rede Feminina de Combate ao Câncer teria de devolver o montante ao embargante, ao passo que este continuaria devendo o IPTU que jamais adimpliu.

Rejeito os embargos e condeno o embargante em custas, despesas e honorários, arbitrados estes em 10% sobre o valor atualizado da dívida em execução, observada a AJG.

P.I.

São Carlos, 07 de julho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**